

RESOLUÇÕES
SOBRE A TÁTICA

2^a PLENÁRIA NACIONAL – “AURORA
MARIA NASCIMENTO FURTADO”

RESOLUÇÕES
SOBRE A TÁTICA
2ª PLENÁRIA NACIONAL – “AURORA
MARIA NASCIMENTO FURTADO”

1ª EDIÇÃO
CONSULTA POPULAR
SÃO PAULO - 2009

Expediente:

CARTILHA 20 - RESOLUÇÕES SOBRE A TÁTICA
2ª Plenária Nacional – “Aurora Maria Nascimento Furtado”

Publicação: Consulta Popular
Rua Abolição, 227 – 2º andar
01319-010 – São Paulo / SP
Telefone: (11) 3104-6746
Pedidos: secretaria@consultapopular.org.br

Março de 2009

SUMÁRIO

O RESGATE DE NOSSA TÁTICA NO ÚLTIMO PERÍODO.....	9
As características centrais da conjuntura anterior	9
O caráter do governo Lula	10
Nossa principal tarefa tática definida na 3ª Assembleia	11
O BALANÇO DE NOSSA TÁTICA NO ÚLTIMO PERÍODO.....	15
Balanço geral	15
A tática e o caráter do governo Lula.....	15
A busca da unidade, as articulações e o investimento em força própria.....	16
A Assembleia Popular como espaço prioritário de construção	17
Os processos eleitorais	18
A esquerda social, o debate estratégico e o poder	18
Construção orgânica, políticas setoriais, diretrizes e frentes.....	19
A comunicação, as campanhas e o Projeto Popular para o Brasil	20
A CRISE INAUGURA UM NOVO PERÍODO HISTÓRICO	23
Impactos da crise	24
Consequências para o próximo período histórico	26
O CENÁRIO POLÍTICO NO PRÓXIMO PERÍODO.....	31
Elementos políticos que determinam a tática.....	31
O papel da luta eleitoral	32
Os cenários da luta política	35
NOSSA TÁTICA	39
O elemento diferenciador do novo período histórico – a possibilidade do projeto popular como alternativa de poder	39
Os passos necessários para construir a alternativa de poder do Projeto Popular.....	41
O programa do projeto popular	48
Tarefas importantes para o próximo período	50

*“A questão mais importante, a fundamental,
é a questão do poder. Os revolucionários no Brasil não se
podem propor a uma outra coisa senão a tomada do poder,
juntamente com as massas.”*

Carlos Marighella
(Carta à Executiva do PCB, dezembro de 1966)

O RESGATE DE NOSSA TÁTICA NO ÚLTIMO PERÍODO

As características centrais da conjuntura anterior

A década iniciada em 1990 constituiu um momento que conjugou diversos fatores negativos e adversos para a classe trabalhadora: o início do ciclo neoliberal, a crise do socialismo e o fortalecimento da hegemonia burguesa sobre amplos setores populares e, em especial, sobre os dirigentes do movimento operário forjado na década anterior.

Em nosso esforço de sistematizar uma avaliação da conjuntura desse período, identificamos as seguintes características como determinantes:

- “enfrentamos um período longo de uma conjuntura extremamente adversa para a classe trabalhadora, dominada pela ofensiva do capital”;
- “marcada pelo descenso do movimento de massas”;
- “pela ausência de um projeto de país nas forças populares”;
- “com o esgotamento do ciclo marcado pela palavra de ordem “Lula-lá”, esgotaram-se também as propostas políticas que organizavam e unificavam a esquerda brasileira”.

A “Resolução sobre a tática”, aprovada em nossa 3ª Assembleia Nacional, em julho de 2007, já apresentava nossa perspectiva de qual seria a tendência de evolução dessas características. Desde então, já apontávamos os seguintes cenários:

- “a crise que se avizinha poderá alterar o quadro econômico atualmente favorável à ofensiva do capital. A aparente

estabilidade econômica dos últimos anos não se manterá por muito tempo. Com a capacidade de endividamento da sociedade estadunidense se reduzindo, tudo indica que nos próximos anos enfrentaremos turbulências de efeito imprevisível nas economias chamadas de periféricas”;

- “o reascenso da luta de massas. Existem fortes e crescentes indícios de um reascenso da luta popular no próximo período”;
- “a retomada de um projeto popular. Desde nosso surgimento em 1997, insistimos na necessidade de um projeto popular para o Brasil”;
- “o surgimento de um novo ciclo. Com o acelerado esgotamento do ciclo político, retoma-se o debate estratégico entre as forças de esquerda e os militantes populares”.

O caráter do governo Lula

Na 3ª Assembleia também enfrentamos o debate sobre o caráter do governo Lula, que, mesmo conservando sua atualidade, merece novas reflexões que faremos mais à frente. Na ocasião, julho de 2007, caracterizamos o governo como “um fracasso histórico do ponto de vista da perspectiva da transformação social. O projeto de buscar melhorias sociais sem confronto e ruptura revelou sua inviabilidade histórica na atual fase capitalista. Premido pela lógica da ordem econômica mundial e dos interesses da classe dominante, não restou ao governo Lula seguir outro caminho que não fosse se adaptar ao neoliberalismo”.

Sobre Lula, enquanto liderança de massas, avaliamos que “o líder popular Lula em nenhum momento sinalizou para as massas que era necessário e possível construir uma força social para mudanças; ao contrário, desqualificou e enfraqueceu os setores que foram à luta, fortalecendo lideranças e setores reacionários da sociedade. Sua ação e seus discursos deseducam o povo ao estimular confusão sobre os verdadeiros inimigos e fazem a apologia da desmobilização. A consequência cruel dessa política é o rebaixamento do horizonte da luta popular”.

Nesse contexto avaliamos que: “Esse cenário gerou uma intensa divergência tática entre as forças populares. Alguns setores acharam que o centro da tática era sustentar a todo custo o governo Lula e outro setor passou a ter como objetivo central constituir-se numa oposição eleitoral ao governo Lula”.

Diante disso: “Entendemos que ambas as táticas permanecem aprisionadas na lógica do governo e na centralidade da luta eleitoral e parlamentar”.

“Os setores que buscam subordinar as forças sociais para a sustentação do governo Lula perdem espaço político e a tentativa de recompor a esquerda no plano eleitoral fracassa nas eleições de 2006, abrindo condições para uma tática que não mais se centraliza pela lógica institucional”.

“Nosso esforço é romper essa armadilha que paralisa e divide a esquerda e as forças populares, construindo ações autônomas que não se pautam pelo apoio ou oposição ao governo Lula, mas se organizam em torno de um programa mínimo que enfrente nossos verdadeiros problemas”.

Nossa principal tarefa tática definida na 3ª Assembleia

Definimos que:

O centro de nossa tática é organizar uma alternativa popular que recoloca na ordem do dia a necessidade de alterar o sistema de poder para realizar mudanças estruturais. A isso chamamos de Projeto Popular para o Brasil.

O cumprimento dessa tarefa histórica exige trabalhar centralmente na construção de uma força social capaz de atuar de maneira decisiva num reascenso da luta de massas.

Isso implica nas seguintes tarefas:

1. Concentrar esforços na construção de uma frente única das forças populares, por meio de lutas de massas.
2. Preparar-se para o novo ciclo de reascenso, investindo mais energias no tripé formação, lutas e organização.
3. Implementar e fortalecer iniciativas de lutas e articulações unitárias em torno do programa mínimo.

4. Propagandear e agitar os pontos do programa mínimo.
5. Privilegiar a Assembleia Popular – Mutirão por um Novo Brasil como espaço unificador, fortalecendo sua organicidade, mas participando na construção de todos os esforços e articulações unitárias que viabilizem a agenda de lutas de uma frente única das forças populares.
6. Priorizar os setores sociais da juventude trabalhadora urbana, investindo no estímulo a experiências de luta e na construção de uma metodologia organizativa.
7. Construir e fortalecer os meios de comunicação próprios.

“O êxito ou o fracasso não é o que indica que uma linha esteja correta. Todos nós poderíamos ter morrido em nossa luta, e estivemos a ponto de morrer mais de uma vez. Se muitos de nós tivessem morrido, diriam que estávamos equivocados. Eu penso que se tivéssemos morrido não estaríamos equivocados. Nosso caminho era correto e existem uma série de fatores imponderáveis que interferem, inclusive o azar. Nós sobrevivemos naqueles dias quase por um milagre. Nessas circunstâncias, não se pode dizer que o êxito seja a medida da justiça de uma linha.”

Fidel Castro (entrevista a Gianni Miná, julho de 1987)

O BALANÇO DE NOSSA TÁTICA NO ÚLTIMO PERÍODO

Balanço geral

O balanço feito pela 2ª plenária nacional permite afirmar que, na essência, nossa tática foi correta e adequada. Com todas as dificuldades que nossa classe teve, graças à adequação da nossa tática acumulamos mais acertos que perdas.

Investimos nossas energias em acumular forças através de nosso tripé (lutas de massa, formação e organização) e na construção da unidade das forças populares em torno de lutas concretas. Foi uma tática correta que nos possibilitou avanços nos últimos anos.

Em razão dos acertos táticos do último período, crescemos e qualificamos nossos quadros. Além disso, somos uma organização que ocupa um lugar privilegiado para construir a unidade entre as forças de esquerda.

A tática e o caráter do governo Lula

Tivemos uma análise correta sobre o caráter do governo Lula e seu papel enquanto liderança de massas. Foi acertada a tática adotada de não cair no isolamento oposicionista ou no seguidismo governista, na armadilha de pautar-se em ser a favor ou contra o governo, o que fez com que atraíssemos mais forças, novos militantes, dialogando com os setores que ainda guardavam ilusões em relação ao governo e a centralidade eleitoral. Enfrentamos as políticas e ações do governo sempre que necessário, mas não desviamos de nosso alvo central: a burguesia e as grandes corporações. Com isso, politizamos e qualificamos os debates e as lutas, ganhamos legitimidade para propor lutas unitárias na esquerda e em nenhum momento nos somamos com as iniciativas da direita contra o governo.

Deixamos claro que o governo Lula não era o nosso inimigo, mas não deixamos de enfrentá-lo na questão agrária, na política econômica, na política energética, nos leilões entreguistas do petróleo e em todas as outras ações antipopulares. Em cada oportunidade, participamos decisivamente da construção de atos e jornadas de lutas unitárias, articulando, em torno de cada manifestação, forças políticas, que em função de suas divergências sobre o governo, encontravam dificuldade em construir unidade.

Diferenciamos-nos das demais forças e saímos mais preservados do período do que as demais correntes que se limitaram a pautar-se em torno do governo. Soubemos compreender que manter a unidade das forças populares, construída em torno de definições estratégicas e métodos de ação constitui elemento muito mais importante do que apostar energias em processos eleitorais nos quais não estarão colocadas perspectivas de transformação.

A busca da unidade, as articulações e o investimento em força própria

Foi acertado pautar-se pela luta unitária de massas dirigida contra o verdadeiro inimigo. Nosso papel na construção do ato unitário contra Bush em 8 de março de 2007, da jornada de lutas no dia 23 de maio de 2007, da jornada dos estudantes e da juventude, do Plebiscito Popular sobre a *Companhia Vale do Rio Doce*, Campanha Nacional dos Metalúrgicos com uma paralisação de 2 horas em 8 Estados, envolvendo aproximadamente 120 mil trabalhadores, Jornada de lutas da Via Campesina e da Assembleia Popular, Jornada de Lutas pela Soberania Alimentar e na Campanha contra os leilões de petróleo, foi fundamental para assegurar a unidade das forças populares. Estas foram as principais ações nacionais de luta contra o imperialismo e o capital em 2007 e 2008. Constituíram os principais momentos em que a luta popular foi para ofensiva e não aceitou ser pautada pela mídia da classe dominante. Em todos esses momentos, nossos quadros jogaram um papel decisivo para que as divergências sobre o governo não impossibilitassem ou fragmentassem as lutas.

Porém, a centralidade que demos à construção da unidade, por vezes desconsiderou divergências que viriam se aguçar. Quando contribuímos para o surgimento da Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS, menosprezamos a importância das divergências sobre a relação com o governo Lula que viriam a centralizar as outras forças políticas. Não consideramos que as forças políticas iriam permanecer aprisionadas na lógica do ciclo anterior, pautando-se na sustentação ou oposição ao governo Lula, priorizando suas divergências e secundarizando a importância de enfrentamentos unitários com a burguesia e o imperialismo. A CMS permanece como uma articulação que reúne movimentos e entidades representativas, mas limitada a apenas uma parte dos setores populares.

Nossos esforços para a construção de espaços unitários das forças populares privilegiaram o trabalho de articulação. Menosprezamos que a construção da unidade exige investir em força própria. O trabalho de articulação é importante, mas insuficiente para assegurar a unidade quando não apostamos em nossa própria força.

Ainda não assimilamos a complexidade da tarefa de agrupar as correntes diferenciadas da esquerda, e ainda temos diferentes compreensões sobre como realizar essas articulações em cada Estado, inclusive em razão das diferenças regionais existentes em cada corrente ou organização. Assegurar compromissos e alianças com as direções políticas desses agrupamentos não garante necessariamente o cumprimento dos acordos nos Estados.

A Assembleia Popular como espaço prioritário de construção

Foi correto eleger a “Assembleia Popular – Mutirão por um Novo Brasil” como espaço privilegiado de articulação. Nossa militância teve contribuição decisiva para a construção desse espaço político de luta pelo Projeto Popular em diversos Estados.

Todavia, nossa contribuição para a construção da Assembleia Popular – Mutirão por um Novo Brasil, como espaço unificador dos lutadores populares que compreendem a importância estra-

tégica do Projeto Popular, foi insuficiente. É certo que a maioria de nossa militância empenhou-se decisivamente nesse trabalho. Porém, em diversos momentos importantes dessa construção, não demos a atenção suficiente a uma articulação que consideramos prioritária.

Foi um erro achar que todas as forças políticas, partidos e organizações pudessem integrar a Assembleia Popular – Mutirão por um Novo Brasil. Tivemos a ilusão de que seria possível construir uma instância articuladora ampla nesse espaço, porém, tais forças não estavam empenhadas nesse processo de construção, não priorizavam um espaço centrado no trabalho de base e participavam unicamente com o intuito de promover disputas e travar luta interna. Aprendemos que a necessária unidade entre as forças de esquerda não se resolve apenas na criação de instâncias unificadoras, mas sim no plano político.

Os processos eleitorais

Nosso posicionamento de não participar de processos eleitorais merecerá maior reflexão quando discutirmos a tática para o próximo período mais à frente. Por hora, basta afirmar que no nosso balanço avaliamos que o fato de termos deixado de participar dos processos eleitorais foi um dos principais acertos de nossa tática até agora, ajudando a nos preservar, ao deixar de estimular o carreirismo e os projetos pessoais entre nossos quadros.

A esquerda social, o debate estratégico e o poder

Apostar na esquerda social como sujeito principal na construção deste novo ciclo foi extremamente positivo. Os movimentos sociais que participaram do processo histórico de construção da Consulta Popular foram compreendendo, cada vez mais, a importância estratégica de um instrumento político de natureza partidária.

Nossas definições estratégicas fizeram com que o debate teórico se explicitasse e representaram uma fundamental contribuição ao debate das forças de esquerda. Foi importante ter pautado o debate

teórico sobre a questão do poder como centro tático e estratégico, orientando como prosseguir na definição de nossa tática para o próximo período. Ter em conta esse objetivo central nos ajudou ao longo do processo preparatório de nossa 2ª Plenária Nacional, no enfrentamento teórico a posições que desarmam a classe trabalhadora e na definição dos locais prioritários de atuação.

A compreensão sobre a importância da questão do poder nos ajudou a enfrentar o debate teórico com as correntes que cometem o equívoco de considerar que o erro estratégico do ciclo político anterior seria a adoção do programa democrático popular e não a perda da perspectiva da conquista revolucionária do poder.

Construção orgânica, políticas setoriais, diretrizes e frentes

Nosso trabalho de acompanhamento das frentes de massa foi insuficiente e descontínuo. Não formulamos políticas específicas e deixamos de apoiar os quadros que necessitavam de diretrizes e linhas de ação.

Reafirmamos e reforçamos o princípio de respeitar a autonomia dos movimentos sociais, mas distinguimos esse princípio da necessidade de contribuir politicamente na construção das ferramentas de luta. Especialmente nos casos em que essas ferramentas são fruto de nossas reflexões e iniciativas, como é o caso do MTD, em que o próprio surgimento do movimento social se originou em nossos debates. Na medida em que a próxima conjuntura sinaliza com o crescimento do desemprego, temos que apoiar, com mais energia, nossos militantes que se empenham na construção do MTD.

Nossos esforços em desenvolver trabalho de base no proletariado foram tímidos e insuficientes. Embora tenhamos iniciado as discussões em torno de um Setor Sindical, tivemos poucos avanços na sistematização das experiências em que já estamos envolvidos e na formulação de diretrizes de ação. Um exemplo é o fato de não termos avançado em experiências de organização por local de trabalho, apesar de apontarmos para essa necessidade.

Nossos avanços na estruturação financeira da organização foram mínimos e isso se refletiu em nossa dificuldade em articular os setores e frentes de massa.

É necessário investirmos na formação de uma cultura dirigente em nossas instâncias, em especial na coordenação nacional e nas coordenações estaduais. Em diversos momentos, sentimos a necessidade de que a coordenação nacional se colocasse como direção, mais presente e mais atuante.

A comunicação, as campanhas e o Projeto Popular para o Brasil

Não desenvolvemos um trabalho de agitação e propaganda adequado em relação ao Projeto Popular para o Brasil. Em muitos momentos deixamos de pautar esse debate. Cometemos o grave erro de deixar de sustentar a centralidade dessa bandeira para não prejudicar a unidade com outras forças.

Nossas experiências de ações e campanhas unitárias nacionais ainda permanecem como eventos descontínuos e uma vez concluídos, tanto o tema quanto as bandeiras trabalhadas passam a ser secundarizados, quando não são completamente abandonados. O principal exemplo é a Campanha pela Anulação do Leilão da Vale do Rio Doce.

Não trabalhamos devidamente com os meios de comunicação populares a que temos acesso. Nosso esforço para a divulgação e sustentação do jornal *Brasil de Fato* foi insuficiente. Embora tenhamos tido algumas boas experiências de trabalho com o jornal, identificamos que foram excepcionais. Na maioria das vezes, deixamos de utilizar o enorme potencial desse veículo em nosso trabalho de propaganda cotidiana, limitando-se ao trabalho com as “edições especiais”.

As massas não atuam somente por uma convicção que se lhes injete de fora – sem diminuir o valor da propaganda revolucionária. Elas não se lançam ao combate pelo simples fê nas promessas de um mundo melhor e um ideal futuro; é a própria experiência que acumulam ao confrontar seus interesses vitais com as realidades econômicas e políticas em que vivem, que se torna a principal escola na qual aprendem o caminho estratégico de sua libertação e os meios práticos de avançar por ele. Portanto, frente ao problema de como fazer triunfar a estratégia somente pode-se responder mediante diferentes táticas de luta. Por conseguinte, a elaboração e aplicação vitoriosas das táticas revolucionárias é a prova mais completa e definitiva de uma vanguarda. Na vida real, não existe tarefa mais difícil que a adequação das táticas à linha estratégica adotada, pois enquanto esta repousa numa análise científica da realidade, as primeiras devem ter em conta, além disso, múltiplos fatores conjunturais, dificilmente controláveis ou predizíveis cientificamente. Por isso, a ação cotidiana requer junto com a formação teórica da vanguarda, uma especial capacidade e sensibilidade para captar o concreto-real. Somente assim se poderá manejar a dialética da luta, com tal flexibilidade que permite implementar decisões rápidas e eficazes frente ao desenvolvimento dos acontecimentos, em especial nos períodos revolucionários, que costumam apresentar frequentemente situações inéditas. A rigor, as vanguardas e as lideranças individuais nascem precisamente onde, além de sua estratégia correta, se define e se desenvolve, em cada momento, a tática acertada de luta. Esse é em síntese o atributo fundamental de uma legítima vanguarda.

Manoel Piñeiro Losada

(A crise atual do imperialismo e os processos revolucionários na América Latina e Caribe, 1982)

A CRISE INAUGURA UM NOVO PERÍODO HISTÓRICO

Não estamos diante de apenas uma crise do modelo neoliberal ou de uma mera crise financeira, mas de uma crise global, prolongada, com características depressivas e recessivas, cuja intensidade encerra um período histórico de ofensiva do capital ao abrir a possibilidade de um reascenso da luta de massas, com distintas tarefas políticas, ideológicas e organizativas.

Conforme esclareceu Marx, a crise capitalista tem uma lógica interna. O capital é uma riqueza que só tem sentido, só sobrevive, se aumentar continuamente, empurrada pela concorrência intercapitalista. Esse processo leva ao desenvolvimento das forças produtivas, ao aumento da produtividade do trabalho e à concentração e centralização de capitais.

Portanto, embora as primeiras manifestações da crise tenham se produzido no terreno financeiro, estamos perante uma crise de superprodução. Na essência, trata-se da tendência do capitalismo de produzir um desenfreado aumento da capacidade produtiva na busca de lucro, ultrapassando seus próprios limites e engendrando contraditoriamente o declínio da taxa de lucro, implicando na diminuição do ritmo de acumulação, no desemprego dos trabalhadores e na própria destruição e desvalorização de capital como remédio.

Existem dois importantes elementos que dão singularidade a atual crise capitalista. Um primeiro elemento são os efeitos sobre a imensa massa de recursos sob a forma de capital fictício (títulos de dívida, ações etc.), estimulada em grande parte pela mudança no

sistema monetário internacional nos anos de 1970, que manteve a moeda americana como meio internacional geral de pagamento, mesmo com seu vínculo ao ouro tendo sido rompido. Essa massa de capital fictício vem sofrendo um importante processo de desvalorização e destruição, não só na forma do capital bancário, mas também nas formas dos chamados investidores institucionais (Seguradoras, Fundos de Investimento, Fundos de Pensão etc.).

Um segundo elemento é que a fase neoliberal do capitalismo, enquanto projeto de desenvolvimento, se esgota, dado que sua hegemonia ideológica de duas décadas contribuiu não só para engendrar as bases da atual crise, mas também não consegue dar respostas satisfatórias ao atual momento.

Impactos da crise

Se a crise traz elementos objetivos para o enfraquecimento da hegemonia econômica e política dos EUA, embora mantenha inalterada sua hegemonia militar, também fornece meios para sua manutenção.

A presença de uma forte retração econômica no setor real, aliada a problemas no setor financeiro dos EUA, convivem com um importante movimento no plano político, a substituição do desgastado governo Bush – caracterizado por uma política externa unilateral, pelas invasões do Iraque e do Afeganistão, pelo uso sistemático de tortura e suspensão de direitos civis – pelas promessas e pelo otimismo midiático em torno do governo Obama. É importante ter claro o caráter conservador e imperialista dessa manobra política, já sinalizada pela manutenção de republicanos em cargos-chave do governo e pelos discursos de apoio a Israel e de reforço da presença estadunidense na América Latina.

A América Latina tende a jogar um papel cada vez mais importante nessa conjuntura internacional, já que protagonizou importantes ações de resistência ao neoliberalismo, elegendo governos populares que podem ser decisivos no fortalecimento de uma correlação de forças favorável à classe trabalhadora numa nova

ordem econômica e política mundial. A queda nas receitas vindas da exploração e exportação de recursos naturais tende a agravar o enfrentamento de classes na Bolívia e Venezuela, dada a dependência desses países do petróleo e do gás.

O Brasil não está menos vulnerável à crise. Muito ao contrário. Ela encerra um ciclo de crescimento no qual a burguesia se fortaleceu, não só pelas condições favoráveis de acumulação (evidenciadas nas elevadas taxas de investimento dos últimos anos), com destaque para as frações exportadoras (ligadas principalmente a grãos e minérios) e o setor financeiro (sucessivos records tanto de cotação na Bolsa de Valores, quanto de lucro dos grandes bancos), mas também de integração ao capital internacional (grande afluxo de capitais estrangeiros nas chamadas formas de investimento direto e portfólio), fato que já tínhamos concluído em nosso Programa Estratégico (itens 6 e 9), o da burguesia brasileira não apresentar projeto de caráter nacional e sim de integração à burguesia internacional.

O elevado grau de integração ao imperialismo, em meio à crise internacional, constitui-se um forte fator desestabilizador para a economia brasileira. O ritmo de acumulação mostra os primeiros e fortes sinais de diminuição (retração da produção industrial, aumento das taxas de desemprego etc.), conjugado a uma reversão da tendência de inserção no mercado internacional (diminuição do *superavit* comercial e da entrada de capitais internacionais etc).

Com isso, as bases da estratégia de conciliação de classe até então implementadas pelo governo Lula, permitindo grandes ganhos da burguesia em troca de pequenas concessões aos trabalhadores (diminuição do desemprego, programas sociais compensatórios, aumento do rendimento médio real), colocam-se em xeque. Desemprego, inflação, arrocho salarial, diminuição e encarecimento do crédito ao consumidor, além da retirada de direitos, colocam-se na ordem do dia.

A burguesia brasileira iniciou um movimento de implementação de programas de ajuda governamental para suas frações mais afeta-

das (linhas de crédito para os exportadores em geral e o agronegócio em específico, redução e postergação no pagamento de impostos, disponibilização de recursos do BNDES), além da intensificação do movimento de centralização de capital, com destaque para as fusões e aquisições no setor financeiro (Itaú/Unibanco, Banco do Brasil/Nossa Caixa e Banco Votorantim), agronegócio (Votorantim Celulose e Aracruz) e telecomunicações (Brasil Telecom – Oi).

Consequências para o próximo período histórico

O desenrolar de um período recessivo internacional nos próximos anos aponta para a intensificação do conflito de classes e a possibilidade de mudanças na correlação de forças e “janelas revolucionárias”, em que se espera o reascenso da capacidade de luta das massas que possibilitem revoluções socialistas, dado que as crises desestruturaram os mecanismos de dominação e antecedem as mudanças ao impossibilitar as mesmas condições de sobrevivência e empurrar o povo para as lutas.

Porém, embora uma crise constitua uma premissa material para o surgimento de situações revolucionárias, a agudização das contradições internas do capitalismo sem a presença de forças revolucionárias não permite o aproveitamento de tais situações. Em outras palavras, sem organização e direção política do sujeito revolucionário a crise terá uma solução capitalista. Daí vislumbrarmos duas saídas.

Uma saída seria dirigida pela burguesia, destruindo a superacumulação através de guerras de conquista; recompondo a taxa de lucro com superexploração dos trabalhadores; diminuição absoluta e relativa do valor da força de trabalho; utilização do Estado para apropriar-se da mais valia social: impostos e compra de empresas (estatizações temporárias). No plano político, essa saída pode ser acompanhada por um ascenso de governos fascistas no centro e na periferia capitalista.

Outra saída seria a revolucionária, com a superação das relações de produção capitalistas e a criação de outras superiores. Portanto, o fator que determinará a superação dessa crise mundial é a capa-

cidade subjetiva do proletariado colocar-se enquanto alternativa de poder em cada país.

A experiência histórica demonstra que as massas somente se lançam a lutas mais radicais quando esgotam suas esperanças nos caminhos usuais e permitidos. O cenário provável indica as seguintes possibilidades e tendências que devem ser consideradas em nossas definições táticas.

A crise econômica agrava a crise alimentar inaugurada com a especulação nos preços das *commodities* que perdurou em 2007 e parte de 2008. Com isso, esperamos:

- Carestia em razão do aumento dos preços dos alimentos;
- Manifestações em mercados e armazéns exigindo alimentos e ocupações de fábricas falidas, com a possibilidade de articular os movimentos de desempregados e movimentos por moradia com as entidades sindicais em lutas conjuntas.

As medidas econômicas utilizadas pela burguesia para aplacar a crise, através de injeção de recursos públicos nos setores debilitados, se demonstrarão incapazes de conter o processo de queda da taxa de lucro, gerando tensões cada vez maiores resultantes de desemprego e tentativa de redução de salários. Com isso, esperamos:

- aceleração do processo de deterioração e desmonte dos aparatos públicos de saúde e educação;
- intensificação das medidas jurídicas e do aparato repressivo para criminalizar as lutas sociais;
- reconfiguração e fortalecimento do setor militar no mundo que não foi atingido pela crise e segue crescendo.

A crise também abre uma oportunidade histórica, porque altera o quadro geopolítico internacional, determinando o rearranjo dos países e da ordem econômica mundial e possibilitando iniciativas que enfraqueçam o imperialismo. Isso traz importância para:

- fortalecimento de uma articulação das lutas continentais como o Conselho de Movimentos Sociais da Alba.

A crise nos atinge num momento em que a economia brasileira vinha apresentando indicadores positivos (redução de desempre-

go, pequena recuperação salarial e melhoria no acesso ao crédito) e seus primeiros impactos, em especial na produção industrial e no mercado de trabalho, já se fazem sentir no final de 2008, mas eclodirão de modo drástico no primeiro semestre de 2009, gerando um agravamento súbito nas condições de vida da maior parte das famílias, apontando para:

- aumento do desemprego em todos os setores da economia;
- fechamento e falência de empresas;
- agravamento súbito das condições de vida das famílias, em especial dos setores que tiveram acesso a empregos e bens de consumo nos últimos anos.

Além disso, devemos considerar que o próximo período histórico intensifica a luta teórica entre as concepções revolucionárias. O debate sobre as concepções estratégicas ganha relevância e se constitui em tarefa fundamental. Aos lutadores populares incumbe a tarefa de utilizar todos os recursos pedagógicos disponíveis para explicar as causas, efeitos e saídas para essa crise. Os grandes meios de comunicação explicam a crise como uma catástrofe da natureza, que exigirá uma postura passiva ante seus inevitáveis e terríveis efeitos. Nosso papel será explicar sua causa, apontar os responsáveis e propor as soluções que interessam ao povo.

A “revolução dentro da ordem” se articula e se confunde com a “revolução contra a ordem”. A desagregação do Estado burguês é fatal. Perdido ou anulado pela maioria da população o esteio da violência institucional encarniçada, ele desaba. Os que sempre foram tratados como “inimigos da ordem” e sempre foram excluídos da sociedade civil só acham uma saída: construir uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligue a revolução nacional-democrática e anti-imperialista à emergência e à vitória do socialismo.

Florestan Fernandes
(Nós e o marxismo)

O CENÁRIO POLÍTICO NO PRÓXIMO PERÍODO

Elementos políticos que determinam a tática

Quatro concepções determinam a direção da bússola ao elaborarmos nossa tática no plano político:

- a luta só é de natureza política quando ameaça o poder político da classe opositora. Não se propondo a isso, embora os combates possam ser violentos e o governo, através dos aparatos do Estado, participe da desmobilização, a luta não vai além do seu estágio espontâneo, de duração temporária e de reivindicações limitadas;
- nosso objetivo é o poder. O poder não se encontra apenas no aparato do Estado, mas sabemos que a conquista revolucionária do Estado é o principal objetivo estratégico que desarma o inimigo e possibilita mudanças estruturais;
- conquistar o poder é construir uma nova correlação de forças, conquistar a estrutura do Estado para destruí-la e instaurar uma nova ordem econômica e social que desmonte os fundamentos da sociedade capitalista;
- nosso objetivo também é construir força social para uma revolução política democrática que se enfrenta com a democracia burguesa. No Brasil, a democracia só é possível enquanto luta “contra a ordem”;

As experiências de construção do socialismo no século 20 nos ensinam que essa tarefa histórica tem aspectos complexos que não podem ser menosprezados. Além da libertação do trabalho pela

transformação das relações sociais de produção e das formas de propriedade, a defesa do meio ambiente, de processos sustentáveis de desenvolvimento e a libertação das mulheres são aspectos igualmente decisivos para se alcançar o socialismo.

O papel da luta eleitoral

Temos claro que o Estado burguês é um instrumento de dominação de classe. A gerência do Estado é uma necessidade da propriedade privada dos meios de produção e do capital que precisam do controle da estrutura do Estado para se desenvolverem com segurança. Sendo assim, aqueles que detêm a propriedade buscam no Parlamento e nos cargos executivos, através das organizações partidárias estruturadas nos limites pré-estabelecidos pela lei, espaço para garantir os seus interesses. Portanto, as legislações burguesas não permitem a disputa democrática do aparato do Estado e somente uma pequena parcela do poder é submetida a mecanismos eleitorais. Em resumo, nenhum Estado burguês assegura mecanismos de acesso a todo o aparato político administrativo. Somente parcelas delimitadas, como uma parte dos chamados poderes Executivo e Legislativo, podem ser legalmente disputadas, desde que os postulantes se submetam às regras e à lógica do processo.

Compreendemos que o processo eleitoral é um meio de fazer política. Ainda que as parcelas de poder submetidas ao voto sejam cada vez menores e esvaziadas, elas ainda representam controle de poder político. Compreendemos também que os meios de luta política são determinados pela correlação de forças e pelo processo histórico. Mas a disputa eleitoral como meio de luta, assim como a guerra, não pode ser utilizada e nem ser considerada eficiente o tempo inteiro. Faz parte das táticas combinadas e as táticas são sempre determinadas não pela vontade de alguns indivíduos ou de organizações, mas pelas condições apresentadas pelas circunstâncias históricas.

A opção tática pela luta eleitoral contempla vantagens e desvantagens a serem avaliadas a partir de nossos objetivos estratégicos.

Dentre os elementos a serem considerados, os principais são as consequências deixadas por essa forma de luta na configuração política e ideológica de nossa esquerda. O último ciclo político da esquerda foi marcado pela centralidade da luta eleitoral e conformou uma geração que tem dificuldades em perceber que a luta política não se limita a essa forma de luta.

Concentrar energias na disputa de parcelas da administração do Estado, pelas mãos do sufrágio eleitoral, aceitando o financiamento dos capitalistas, como tem sido o esforço central de muitas forças de esquerda atualmente, é um grande desserviço que prestam à classe trabalhadora em geral. Não se pode querer mudar a natureza da política quando a política é determinada pela própria natureza do instrumento que obriga a manter intacta a ordem que receberam dos administradores anteriores.

O custo ideológico que a luta eleitoral cobra das organizações revolucionárias contribui em longo prazo para afastá-las de seus objetivos estratégicos. As eleições burguesas transformaram o voto numa mercadoria e os candidatos nos seus comerciantes. As disputas eleitorais tornam-se cada vez mais caras, pois se converteram num grande e rentável investimento. Os capitalistas sabem da importância do Estado para o seu projeto de acumulação. Os trabalhadores, embora haja exceções localizadas, jamais ganharão essa disputa sem enfrentar essa lógica que banaliza todas as propostas, pois não terão finanças para competirem em tão caro negócio.

Não é mera coincidência que as duas únicas experiências “eleitorais” de nosso continente que implementaram reformas antineoliberais e ações de enfrentamento às classes dominantes sejam a Venezuela e a Bolívia. Em ambos os casos, não se trata de projetos eleitorais que se fortaleceram gradativamente ao longo dos anos, mas de lideranças que foram legitimadas em processos insurreccionais. Romperam a banalização figurando como exemplos pedagógicos que se mostravam diferenciados pela ação e não pelo discurso. Construíram apoio de massas exatamente porque romperam com a banalização da luta eleitoral e não por terem apostado na lógica

imposta a essa forma de luta. Mesmo no Equador, a candidatura de Rafael Correa se viabiliza a partir de um conjunto de forças que tiveram papel decisivo nos levantes insurrecionais.

O exemplo da Bolívia é bem significativo. A luta de massas ganhou expressão, desdobrou-se para um patamar insurrecional, mas não havia correlação de forças que permitia a conquista do poder, da mesma forma que a burguesia não dispunha de forças para sufocar a organização popular. O embate se transferiu para a disputa eleitoral e agora prossegue entre o governo apoiado pelas forças populares e a oposição burguesa.

Em nosso caso, a centralidade e a exclusividade da luta eleitoral como luta política foi a característica de todo um ciclo histórico da esquerda que se esgotou, do ponto de vista de um projeto revolucionário, com a vitória de Lula em 2002. Desde então, as eleições já não têm a capacidade de unir as forças populares, que vem se apresentando cada vez mais fragmentadas, e sem configurar uma alternativa política. Os ínfimos minutos destinados à propaganda de idéias acabam neutralizados pela vala comum da banalização do processo eleitoral, quando não são meramente consumidos para fortalecer personagens capazes de carrear os votos “necessários” à legenda.

A luta eleitoral acaba consumindo a maior parte das energias, recursos financeiros e quadros das organizações que se dedicam a ela. Quando algum candidato se destaca, acaba premido pela lógica da “opinião pública”, rebaixando seu discurso na mesma proporção em que sobe nas pesquisas. Os eleitos acabam sucumbindo à lógica do *possível*, pautando-se invariavelmente pela gradativa domesticação de discursos e atitudes. As exceções, como que confirmando a regra, permanecem isoladas, esvaziando completamente o papel da tribuna parlamentar. Nessa lógica, quanto mais se avança eleitoralmente mais se perde no plano ideológico e organizativo.

Esses são os elementos de análise que sustentam nossa posição de seguir, neste momento, não participando da luta eleitoral. Respeitamos a opção das forças políticas que apostam na luta eleitoral como forma de acúmulo e propaganda, mas entendemos

que, nesse momento, nossa autopreservação no plano ideológico se sobrepõe, assim como entendemos que as condições históricas ainda não ensejam um caminho de utilizar essa forma de luta sem cair na banalização.

Temos claro que não participar da luta eleitoral é apenas uma opção tática e não um princípio político. Essa questão precisa ser afirmada. Não participar da luta eleitoral burguesa não pode ser um princípio de nossa organização. Até o momento, entendemos que esse caminho não representa acúmulo diante das perdas e riscos ideológicos previsíveis. Mas a conjuntura é dinâmica e pode se alterar, exigindo que utilizemos essa forma de luta se as circunstâncias históricas impuserem.

Os cenários da luta política

Neste momento histórico a luta política encontra-se limitada à luta eleitoral entre propostas que não implicam em verdadeira alternância de projetos. Nosso objetivo é alterar tal situação. Nesse sentido, o surgimento de um cenário de intensificações das lutas sociais se apresenta como o aspecto promissor que poderá possibilitar o surgimento de novos fatos que alterem a correlação de forças.

No terreno da luta eleitoral, o cenário atual é profundamente desalentador. As eleições municipais de 2008 confirmaram a ausência de debate sobre projetos políticos para a sociedade brasileira e o processo despolitizador das campanhas e dos embates eleitorais.

O forte prestígio de Lula nas massas e sua liderança na classe trabalhadora constituem o principal elemento do cenário sucessório nas eleições gerais previstas para 2010. Qualquer que seja a candidatura a ser apoiada por Lula, desde já, fica evidente que será uma proposta política ainda mais recuada e conciliatória. Ainda que consiga eleger o sucessor, um próximo governo será ainda mais refém da burguesia, especialmente em razão dos efeitos econômicos e sociais da crise.

Embora seja precipitado prever cenários políticos para um período tão distante e sequer garantir que esse calendário se cumprirá,

neste momento, o que se desenha é uma reprodução piorada das candidaturas que disputaram em 2006. Até agora, não está se gestando uma candidatura que expresse o Projeto Popular e existem imensos obstáculos para que isso ocorra. Tal situação, bastante desfavorável, deixará organizações, movimentos, lideranças políticas regionais, personalidades, intelectuais, que potencialmente poderiam assumir o Projeto Popular sem uma candidatura que os represente.

Não podemos descartar a possibilidade de que a intensificação da crise altere o quadro político e proporcione condições para uma candidatura que expresse a unidade das forças políticas que compõem o Projeto Popular. Tampouco podemos desconsiderar a possibilidade de construir ações que se constituam numa referência não eleitoral que se aproveite do debate político e pautem o Projeto Popular. Todavia, neste momento, tais cenários não são perceptíveis. Sem a construção de condições que superem os atuais obstáculos, caminharemos para eleições gerais no bojo de uma intensa crise, sem uma alternativa que represente o Projeto Popular.

O certo é que temos como tarefa inserir o Projeto Popular no debate político e a eleição geral de 2010 constitui um momento privilegiado. Nosso papel é construir essas condições considerando sempre essa questão. Isso exigirá ousadia, habilidade política e capacidade de perceber como o quadro político irá se definindo. Mas principalmente exigirá que tenhamos êxitos na construção de nossa tática.

Não se pode atingir o socialismo senão pela via da revolução democrática anti-imperialista, mas tampouco se pode consumir a revolução democrática anti-imperialista sem atingir o socialismo. De maneira que entre ambas há uma ligação essencial indissolúvel, são facetas de uma única revolução e não duas revoluções. Se olhamos de agora para o futuro, o que se apresenta é a revolução democrática anti-imperialista e que não se apresenta com uma revolução à parte, senão como a realização das tarefas próprias da primeira fase da revolução socialista.

Jorge Schafik Handal

(O poder, o caráter, a via da revolução e a unidade da esquerda, 1980).

NOSSA TÁTICA

O elemento diferenciador do novo período histórico – a possibilidade do projeto popular como alternativa de poder

Em nosso *Programa Estratégico* compreendemos que a burguesia brasileira pela natureza capitalista da formação social e econômica de nosso país se mantém umbilicalmente atada à burguesia internacional e ao projeto político do imperialismo. Portanto, a burguesia não tem interesse e não pode implementar qualquer medida que atenda aos problemas estruturais que conformam o programa de um Projeto Popular.

Consequentemente, a afirmação de que a burguesia não tem um projeto próprio e ao longo do período de crise se limitará a executar o projeto da burguesia internacional e do imperialismo é um elemento decisivo em nossa definição tática. Isso implica em considerar que a crise acentua a disjuntiva entre uma saída do Projeto Popular e a saída capitalista impulsionada pelo imperialismo. Portanto, em última instância, o elemento definidor desse conflito será o resultado da luta pelo poder entre estes dois projetos.

Como nos ensina Florestan Fernandes, as tarefas da revolução nacional, democrática e popular somente podem ser o resultado da ação dos “de baixo”, dirigida pelo proletariado, que envolve seus aliados estratégicos no enfrentamento “contra a ordem”, na luta pelo poder. O Projeto Popular é a força social organizada do povo brasileiro lutando para executar seu programa político.

O problema fundamental da revolução é o problema do poder. Em nosso *Programa Estratégico* compreendemos a importância de acumular forças através da construção de experiências de Poder Popular, mas deixamos bem claro que a conquista revolucionária do Estado é nosso principal objetivo que determina nossa tática (Itens 42 a 50).

Ao considerarmos que a crise inaugura um novo período histórico marcado pela insatisfação social e pela retomada da capacidade de luta de massas, temos que reconhecer que se abre também um período em que se coloca a questão do poder. Um período histórico em que se acentua a crise de destino de nossa nação, em que dois projetos irão se defrontar.

Isso não significa que a questão do poder se coloca na “próxima esquina”. Tal afirmação implica em compreender que se abre um período histórico, de duração indeterminada, em que a possibilidade de se construir a alternativa de poder passa a se colocar como tarefa concreta no plano da tática.

Esse é o grande diferencial da nova conjuntura. Seguimos considerando que o centro de nossa tática consiste em “organizar uma alternativa popular que recoloca na ordem do dia a necessidade de alterar o sistema de poder para realizar mudanças estruturais”. E que “a isso chamamos de Projeto Popular para o Brasil”. Porém, acrescentamos que o próximo período histórico se abre uma possibilidade material de se construir uma alternativa popular enquanto poder político.

Ao definirmos nosso principal objetivo como a conquista do poder e considerarmos que estamos adentrando num novo período histórico em que essa possibilidade se coloca, somos obrigados a nos dedicar à construção de tais condições para que o “que se aparenta impossível, possa ser tornado possível”. Isso implica em verificar como essa tarefa política tão complexa se articula com os processos de curto prazo, como ela pode ser trabalhada no nível de consciência existente e com que forças disponíveis pode ir contando no atual momento da luta de classes.

Realmente, ao olharmos para a conjuntura imediata, não é fácil vislumbrar caminhos para a construção de uma alternativa de poder. Isso não pode nos iludir de que se trata de um objetivo inalcançável. As debilidades resultantes desse longo período de defensiva e descenso da luta de massas, a hegemonia burguesa e a percepção generalizada de que a luta política se restringe à luta parlamentar aparecem como barreiras intransponíveis para construir uma alternativa de poder; porém, a coerência com a análise de que a crise abre um novo período histórico em que se coloca a possibilidade de uma alternativa de poder implica em concentrar nossas energias em superar os obstáculos atuais e iniciar essa construção. Nossa tarefa é apostar na construção dessa possibilidade.

Nossa tática concentra-se em construir tais possibilidades a partir das precárias condições atuais. Isso implica em identificar as dificuldades e implementar uma política que assegure essa construção.

O passo imediato é a entrada em cena do Projeto Popular enquanto força social e política.

Os passos necessários para construir a alternativa de poder do Projeto Popular

A luta de classes não é planificável, nem programável; menos ainda o é o triunfo das revoluções. Nosso esforço para definir os passos necessários para construir as condições favoráveis à luta pelo poder passa por identificar as atuais dificuldades e investimentos necessários. Portanto, quando enumeramos os passos necessários não estamos nos referindo a uma sequência cronológica. Trata-se, evidentemente, de tarefas que podem e devem ser cumpridas simultaneamente quando as condições permitirem.

Como nos ensina Florestan Fernandes “a ordem existente nada tem a oferecer! Instabilizá-la é o primeiro passo para levá-la à derrocada, o ponto de partida da revolução dos oprimidos nas áreas às quais o capitalismo nasceu, cresceu e atingiu sua maturidade vinculando o capital a várias formas mascaradas de colonialismo”.

a) A unidade das forças populares

Para a entrada em cena do Projeto Popular enquanto força social e política, necessitamos construir a unidade das forças populares em torno de um mesmo projeto político. O conflito entre as organizações populares, embora inevitável ante as divergências estratégicas e táticas, dispersa energias e dificulta a construção de lutas com expressão nacional.

No atual momento em que se aprofunda a dispersão e o rearranjo das forças de esquerda, tal tarefa é particularmente difícil.

Sabemos que as atuais organizações políticas, agrupamentos eleitorais, correntes e movimentos sociais detêm uma reduzida parcela de representação dos setores sociais que devem compor o Projeto Popular. Todavia, são essas as organizações existentes e a partir delas, de sua força conjunta, que se podem desencadear mobilizações e lutas que elevem o nível de consciência das massas e alterem a correlação de forças.

A classe dominante aposta na permanente fragmentação das forças populares. No atual momento histórico, em que, gradativamente, torna-se perceptível o esgotamento de um ciclo político da esquerda, as forças se lançam a uma árdua disputa para construir ferramentas, articulações que lhes permitam ocupar um papel decisivo em um provável novo ciclo político. Tal situação estimula a disputa por sindicatos, entidades estudantis e outras estruturas representativas, criando um contexto difícil para o necessário trabalho de unir as forças.

Portanto, no atual momento em que se aprofunda a dispersão e o rearranjo das forças de esquerda tal tarefa é particularmente difícil.

Isso não pode nos desanimar; a crise capitalista empurrará as forças populares para as lutas de massa, deslocando seu centro de atuação das disputas sobre a natureza do governo para as reivindicações do povo. Nosso papel é investir na construção dessa unidade, pautando sempre a necessidade de superar as reivindicações corporativas e avançar para a construção do Projeto Popular.

b) Nossa política de alianças

Nossa prioridade é atuar com os lutadores do povo que compreendem a importância do Projeto Popular para o Brasil e atuam na construção da “Assembleia Popular – Mutirão por um Novo Brasil”. Entre as organizações políticas, priorizamos a aliança com as forças que assumem o programa do Projeto Popular e apostam na construção do Conselho Social dos Movimentos Sociais da Alba.

Estando juntos com todas as demais forças políticas em torno de lutas e campanhas concretas que fortaleçam o Projeto Popular.

c) A construção da unidade a partir das lutas

A força social do Projeto Popular terá que ser pacientemente construída. O primeiro passo é construir a unidade no terreno das lutas. Aprendemos a importância de unir as forças políticas em torno de ações unitárias de impacto nacional ou campanhas que politizam e se enfrentam com o inimigo. Sabemos como a unidade potencializa a capacidade dessas ações. Aprendemos, também, que a construção dessas experiências unitárias não se resume ao trabalho de articulação, trabalho imprescindível e que exige habilidade, mas que impõe a conjugação de construção de força própria e firmeza para impedir o fracionamento das lutas e disputas protagonizadas por correntes com pretensões hegemônicas.

Cada luta exige construção paciente e planejamento. Se quisermos assegurar a unidade temos que ter a habilidade de envolver as demais forças políticas nessa construção e planejamento. É preciso saber transigir naquilo que não é essencial e, permanentemente, combater o sectarismo das correntes que se empenham na destruição das iniciativas unitárias. Trabalhar de forma unitária inviabiliza o discurso daqueles que querem construir seus próprios aparatos, gerando reações e boicotes à tentativa de lutas comuns.

O critério para construir uma ação unitária não é a quantidade de organizações que se dispõem a uma iniciativa, mas sim construir ações que se enfrentem com o inimigo: a burguesia e o

imperialismo; que elevem o nível de consciência das massas e que fortaleçam a unidade de todos os setores que compõem o Projeto Popular. Nosso papel é prosseguir sendo esse sujeito construtor da unidade em torno das lutas.

Os meios de comunicação da classe dominante tem consciência do perigo que representa a unificação nacional das lutas. Jornadas expressivas são propositalmente obscurecidas ou manipuladas para destacar uma questão secundária ou um fato irrelevante. Esse é um mecanismo permanente da luta ideológica que sempre devemos levar em conta em nosso planejamento das lutas. Eis porque investir energias na construção de meios de comunicação populares adquire uma importância estratégica.

O papel do exemplo pedagógico é decisivo na construção das lutas. Precisamos ser ousados, mas não podemos substituir a dificuldade em mobilizar a massa pelo radicalismo das ações. São as ações massivas que alteram a correlação de forças e elevam o nível de consciência. Nosso esforço reside exatamente em assegurar que as lutas se massifiquem.

d) A construção de uma unidade permanente

O segundo passo é avançar para a construção de uma unidade que não seja pontual. Embora enfrentando tensões, boicotes e muito desgaste, tivemos razoável sucesso na construção de lutas ou campanhas pontuais. Nosso desafio é construir uma unidade que não se limite a lutas descontínuas e se mantenha em toda uma programação e calendário permanentes. Já aprendemos que o problema não se limita a ter um espaço ou instância articuladora. A construção da unidade implica em construção de confiança mútua e somente pode ser construída vivenciando lutas conjuntas.

O problema é político e o desafio terá que ser enfrentado no processo de construção das lutas e no debate com as demais forças.

e) Construir uma unidade programática

O terceiro passo é avançar para uma unidade programática.

Quando o conjunto das forças populares assume um mesmo programa político damos um salto de qualidade em direção a construir uma alternativa de poder. A questão do programa, seu caráter e importância serão tratados adiante.

f) Construir força própria

Na política não basta ter razão. É preciso tê-la a tempo e contar com a força para materializá-la. Aprendemos que apenas investir na articulação das demais forças políticas é insuficiente para construir a unidade do Projeto Popular. É preciso ter força própria para assegurar a materialização da política e a própria unidade.

Nosso *Plano Nacional de Construção* nos orienta no sentido das prioridades nesse processo. Avaliamos que o próximo período tende a possibilitar a ampliação do trabalho de base e a construção de novas frentes de massa.

É prioritário construir força própria na classe trabalhadora. O proletariado, em especial a classe operária industrial, constitui o sujeito social decisivo deste momento histórico. Porém, esse setor do proletariado ainda sofre o impacto desse período de descenso, permanecendo ainda anestesiado no Brasil.

A década de 1990, com a intensa ofensiva do capital que reduziu mundialmente a massa de salários e gerou uma profunda reestruturação produtiva com a precarização do trabalho, abalou significativamente o sindicalismo dos setores industriais, que, na década de 1980 era o pólo avançado da luta popular. Isso fez com que esse campo de atuação perdesse a centralidade na luta.

A tendência é que essa situação se altere qualitativamente nos próximos anos. Para tanto, será necessário concentrar energias na organização por local de trabalho e enfrentar os seguintes desafios:

a) Uma estrutura sindical engessada, que não incorpora novos quadros;

b) Uma direção sindical pulverizada que concentra energias na manutenção de entidades enquanto aparelhos de arrecadação financeira e secundariza a promoção de lutas conjuntas e articuladas;

c) Um cenário repressivo que tenta impedir qualquer tentativa de organização por local de trabalho;

d) Uma base jovem, inexperiente nas lutas e desvinculada dos dirigentes sindicais que vivenciaram o ascenso dos anos de 1980;

e) Predominância de trabalho precarizado, terceirizado ou transitório, dificultando a organização por local de trabalho.

f) Medidas jurídicas que blindam e dificultam a greve, organização por local de trabalho e formas de luta;

g) A figura de Lula – carisma e identidade de uma liderança errática e ambígua que gera confusão e despolitização.

O prolongamento da crise pode gerar no setor da juventude da classe trabalhadora uma reação de caráter classista, que provavelmente encontrará dificuldades em passar por dentro dos sindicatos. Nosso papel é estimular todas as experiências avançadas que busquem romper e enfrentar os desafios organizativos enfrentados pelos trabalhadores, sempre buscando impulsioná-los, radicalizá-los e, em especial, politizá-los em torno da alternativa do Projeto Popular.

É importante resgatar a experiência de construção de núcleos silenciosos e conspirativos que desenvolvem um paciente trabalho organizativo nos locais de trabalho; construir lutas que visem superar as ações meramente corporativas e que possuam capacidade de envolver mais de uma categoria.

É preciso avançar na construção de uma linha de atuação no movimento sindical, sistematizar as atuais experiências de luta que já temos e prosseguir no estudo sobre as áreas e setores estratégicos da organização dos trabalhadores. Porém, o mais importante é investir energias em tentativas criativas para construir experiências de organização na classe trabalhadora. Devemos nos tencionar para buscar contatos e caminhos para construir a inserção nos setores identificados como prioritários em nosso *Plano Nacional de Construção*.

Será importante travar a luta ideológica com as concepções economicistas que descartam a importância da luta política man-

tendo os trabalhadores apenas no patamar das reivindicações econômicas.

A luta dos desempregados tende a se ampliar no próximo período. Isso exigirá que nos dediquemos a contribuir na luta do MTD, enquanto ferramenta organizativa da classe trabalhadora, estimulando experiências de ações conjuntas com as organizações sindicais.

A crise atingirá as universidades, especialmente o sistema de ensino superior privado. Construir um forte movimento de luta entre os estudantes é uma tarefa importante.

É preciso investir na construção da Assembleia Popular para assegurar uma referência para as massas de experiência de Poder Popular e espaço de organização para o Projeto Popular. Apostar na construção da Assembleia Popular como um espaço amplo, democrático e horizontal que estimula os debates, promove lutas e contribui para a formação dos lutadores do povo.

É nosso papel estratégico investir no trabalho com a juventude da classe trabalhadora, em especial com os jovens das grandes concentrações urbanas. As experiências nesse sentido devem ser impulsionadas com todas as energias.

Também é decisivo impulsionar a Alba e seu Conselho de Movimentos Sociais. A batalha contra o imperialismo, tanto na sua dimensão nacional quanto continental requer cada vez mais uma articulação que construa uma estratégia comum dos movimentos populares.

Devemos desenvolver atividades de Solidariedade Internacional na defesa e apoio aos processos revolucionários, às lutas e à resistência dos povos ao imperialismo e a ordem capitalista. Devemos formar nossa militância no princípio internacionalista, estimulando iniciativas concretas de solidariedade internacional.

Todas essas tarefas exigem nosso fortalecimento enquanto instrumento político de natureza partidária. Construir força própria é principalmente executar nosso *Plano Nacional de Construção*.

Finalmente, nosso papel nesse novo período histórico é assegurar a visibilidade do Projeto Popular, convertê-lo numa alternativa concreta, identificada pelas massas.

O programa do projeto popular

Em nosso *Programa Estratégico* definimos que: “O caráter da revolução é proletário, socialista e internacionalista. A consolidação de seu programa revolucionário contempla as tarefas nacionais, democráticas e populares que não foram historicamente cumpridas pela burguesia e somente poderão ser implementadas pelo proletariado que explicita, na tática e na estratégia, seu papel anticapitalista, anti-imperialista, antineoliberal e de horizonte socialista” (Item 1).

Realmente, a experiência de nosso continente comprova a formulação de Schafik Handal:

não se pode atingir o socialismo senão pela via da revolução democrática anti-imperialista, mas tampouco se pode consumir a revolução democrática anti-imperialista sem atingir o socialismo. De maneira que entre ambas há uma ligação essencial indissolúvel, são facetas de uma única revolução e não de duas revoluções.

Portanto, um programa com tarefas nacionais democráticas e populares não guarda qualquer contradição com a definição do caráter socialista da revolução brasileira. Esse é o conceito central aprovado em nosso *Programa Estratégico*. Os ritmos na aplicação do programa social, a realidade das mudanças econômico-sociais está na dependência das condições nacionais e internacionais em que se realizam cada revolução. Ou nas palavras de nosso *Programa Estratégico*

O caráter da revolução está inserido num processo dinâmico, ininterrupto e seu ritmo é definido pela força do proletariado em cada época e determinado por três aspectos centrais: processo histórico e o nível alcançado neste momento da consciência de classe; a correlação de forças nacional e internacional; e a possibilidade real da conquista do poder do Estado (Item 2).

A construção do programa é também a construção das bandeiras unificadoras que aglutinam o campo nacional e popular e envolvem no projeto revolucionário os aliados estratégicos da classe trabalhadora

da cidade e do campo. Através dele poderemos incorporar a vacilante pequena burguesia, as camadas médias, seduzidas pelo consumo capitalista, e as massas pauperizadas das grandes concentrações urbanas. Construir um programa com objetivo revolucionário que não contempla tais setores implica em considerar que os trabalhadores podem avançar isolados para a construção do socialismo ou que o objetivo revolucionário foi jogado para um futuro distante.

O que determina as tarefas econômicas e sociais que definem o programa revolucionário são as contradições efetivas existentes que mobilizam os setores e forças sociais que integram o campo da revolução e não o desejo das organizações revolucionárias. Os que criticam a atualidade de um programa democrático e popular com tarefas nacionais, democráticas e populares para a revolução brasileira são incapazes de formular uma alternativa de programa com tarefas de caráter socialista que se coloque no plano imediato. Com isso, lançam a questão da conquista revolucionária do poder para um futuro distante e incerto.

O programa do Projeto Popular deve contemplar as bandeiras feministas; entre as desigualdades e opressões, a de gênero é a mais antiga e brutal. A luta feminista não é isolada, é parte da luta de classes. O feminismo deve compor uma unidade com a luta classista, afinal a emancipação das mulheres e dos homens impõe uma ruptura com o sistema capitalista, não apenas na base material da produção, mas também no campo dos valores, do modo de vida e da cultura.

A construção de uma relação com os itens de um programa de lutas não tem sido um problema para a esquerda brasileira. Mesmo as forças políticas que guardam o maior sectarismo entre si, em razão de suas divergências sobre o governo Lula, quando convocadas para formular um programa de reivindicações sociais, econômicas e políticas, são capazes de construir uma única pauta em pouco tempo. Neste momento, basta verificar a similitude das propostas das diversas organizações de esquerda ante a crise, para comprovar essa afirmação. O importante é reconhecer que tais construções, invariavelmente,

contemplam mudanças estruturais como a reforma agrária, não pagamento da dívida externa, ensino público e gratuito etc.

Conseqüentemente, a maior dificuldade não consiste em escolher as questões que integram um programa unitário, mas em construir um processo de lutas em que cada força política se reconheça na construção desse programa e o assuma como seu. Assegurar que as forças políticas se centralizem pelo mesmo programa é bem mais complexo do que construir um documento que contenha uma pauta de reivindicações. Exige a construção de confiança mútua, adquirida ao longo das lutas, relações democráticas entre elas e um processo de politização em que todos percebam que as disputas por hegemonismo não podem atrapalhar uma construção com importância estratégica.

Nos últimos anos, a experiência mais rica de construção de uma pauta de reivindicações sociais, econômicas e políticas se deu através da Assembleia Popular – Mutirão por um Novo Brasil, consolidadas no programa *O Brasil que Queremos*. Milhares de lutadores do povo, através de um intenso trabalho de base, discutiram democraticamente um programa amplo que enfrenta os principais problemas estruturais de nosso país.

Tarefas importantes para o próximo período

Mais do que nunca é necessário intensificar as tarefas de nosso tripé do acúmulo de forças (lutas de massas, formação e organização).

Abre-se uma imensa possibilidade no terreno da agitação e propaganda de levar às massas nossa explicação sobre a crise, seus impactos e as saídas que propomos. É a oportunidade do Projeto Popular para o Brasil. Nosso papel é fomentar esse debate em todos os espaços, explicar a crise, sua natureza e as propostas do povo para superá-la.

Crescerão as pressões para uma reforma trabalhista e previdenciária que suprimam os direitos dos trabalhadores. O projeto de Reforma Tributária, o “SuperSimples” e várias iniciativas em trâmite no Congresso Nacional já sinalizam nesse sentido. Com o agravamento

da crise, o patronato pressionará cada vez mais para reduzir direitos. Devemos dedicar todas as energias para barrar qualquer intento de supressão ou redução dos direitos da classe trabalhadora.

As demissões e falências já começaram. Devemos estimular greves contra as demissões e construir ocupações de empresas falidas, onde for possível.

É preciso construir jornadas de luta expressivas, de caráter nacional, que apontem as respostas da classe trabalhadora à crise.

Prevendo que a burguesia pressionará o governo e todo o aparato estatal pela intensificação das medidas de criminalização das lutas sociais, nossa tarefa é incrementar a denúncia e a luta contra todas essas tentativas. Desde já é preciso enfrentar a violência do Estado contra as populações pobres, especialmente das grandes concentrações periféricas, estimulando ações em conjunto com as entidades de defesa dos direitos humanos.

A crise traz à tona o tema da dívida. Nosso papel é apoiar as auditorias das dívidas do Equador e Paraguai e lutar pela CPI e por uma Auditoria da dívida brasileira. Mais de 50% dos recursos gastos pelo orçamento do país em 2007 foram destinados aos serviços de pagamento da dívida. Esse tema precisa ser trabalhado com intensidade na agitação e propaganda.

A questão ambiental ganha principalidade. A destruição ambiental praticada pelo capitalismo coloca a humanidade perante catástrofes gigantescas. Nossa tarefa é elevar a consciência sobre os problemas ambientais demonstrando seu vínculo com o sistema capitalista e lutando pela sustentabilidade de qualquer projeto de desenvolvimento.

A luta para assegurar que as riquezas do petróleo sejam utilizadas para solucionar os problemas nacionais é decisiva.

Avançar nas lutas de caráter anti-imperialista e construir solidariedade ativa com os trabalhadores e os povos da América Latina e do mundo.

Apostar na construção e viabilização dos meios de comunicação do Projeto Popular.